



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 940/2000

“Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências”

O Povo do Município de Lajinha, Estado de

Minas Gerais, por seus representantes, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei disciplina a contratação de pessoal, a título precário e por tempo determinado, para atender necessidade temporária e de interesse público do Município, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - A contratação objeto desta Lei revestir-se-á de ato formal regido pelo direito administrativo e observará, quanto à duração, o prazo máximo de 6 meses.

Parágrafo Único – É vedada a prorrogação de contrato, salvo se, no prazo estipulado, a Administração Municipal por motivo de sua vontade, não tiver conseguido cumprir as normas do artigo 1º, e mantida a proibição judicial, ficando, neste caso, o contrato automaticamente prorrogado por igual período.

Art. 3º - É vedada a contratação da mesma pessoa pela Administração Municipal ainda que para prestar serviços diferentes, pelo prazo de dois anos, a contar do término do primeiro contrato.

Art. 4º - A contratação para os cargos constantes do ANEXO I será precedida de processo iniciado por proposta do titular do órgão do Poder Executivo Municipal, que submeterá ao Prefeito o número de pessoal necessário ao funcionamento da unidade, publicando-se a autorização com a respectiva fundamentação legal, bem como o extrato do contrato no Diário Oficial do Município de Lajinha.

Parágrafo Primeiro – Constarão obrigatoriamente das propostas de contratação de pessoal a que se refere o artigo:

- I – Justificativa;
- II – Prazo;
- III – A função a ser desempenhada ou o cargo a ser ocupado;
- IV – A remuneração;
- V – A dotação orçamentária;
- VI – A demonstração da existência de recursos;
- VII – Habilitação exigida para o cargo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parágrafo segundo – A remuneração a que se refere o inciso IV do parágrafo anterior não deverá ser inferior ao salário mínimo vigente no País, decretado pelo Governo Federal.

Art. 5º - Somente poderão ser contratados nos termos desta Lei os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

- I) Ser brasileiro;
- II) Ter completado 18 (dezoito) anos;
- III) Estar no gozo dos direitos políticos;
- IV) Estar quites com as obrigações militares;
- V) Ter boa conduta;
- VI) Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício dos trabalhos que lhe serão afetos ou da função;
- VII) Possuir habilitação profissional para o exercício do cargo ou função;

Parágrafo Único - O contratado assumirá o desempenho de suas tarefas e atividades no prazo convencionado no contrato, apresentando na oportunidade a comprovação de condições físicas e mentais aptas ao cumprimento das mesmas nos termos de laudo de sanidade e capacidade emitido pelo médico da Prefeitura ou por médico por esta credenciado.

Art. 6º - Os contratados, segundo a presente Lei, estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições, inclusive no tocante à acumulação de cargos e funções públicas, ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os demais servidores públicos nos termos da Constituição da República.

Art. 7º - Aos contratados nos termos desta Lei, assistem os mesmos direitos e vantagens dos demais servidores públicos, no que couber.

Art. 8º - Ocorrerá a rescisão contratual:

- I) A pedido do Contrato;
- II) Pela conveniência da administração municipal, a juízo da autoridade que procedeu a contratação;
- III) Quando o contratado incorrer em falta disciplinar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parágrafo Primeiro – Na hipótese do inciso II deste artigo, o contratado terá direito ao 13º salário proporcional ao tempo de serviço prestado de indenização correspondente ao valor da última remuneração mensal recebida.

Parágrafo segundo – a extinção do contrato nos casos do Inciso I será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 9º - É vedada a administração Municipal atribuir ao contratado encargos ou serviços diversos daqueles constantes do contrato, bem como designação especial, nomeação para função de confiança, afastamento de qualquer espécie, exceto os compatíveis com a natureza do vínculo.

Art. 10 – Os requisitos básicos de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 11 – O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 12 – As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações próprias, constantes do Orçamento Municipal, ou da Lei autorizativa de abertura de Crédito Especial.

Art. 13 – Fica o Prefeito Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber, mediante decreto.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia primeiro de janeiro de dois mil, revogando todas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO
DO ANO DOIS MIL. (1º-03-2000)

Ver. JOAQUIM JUSTO RIBEIRO
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 10-03-2000, conforme cópia
arquivada em pasta própria.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Lúcia Maria Miguel Morais
At. Legislativo

ANEXO I

Cargos de Natureza Temporária			
<i>Denominação de Cargos</i>	Cargos	Nível	Venc. Básico
AGENTE ADMINISTRATIVO	16	1,8	244,80
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	3,4	462,40
DIGITADOR	6	2,6	353,60
FISCAL DE OBRAS	2	1,8	244,80
FISCAL DE POSTURA	3	1,8	244,80
FISCAL DE TRIBUTOS	3	1,8	244,80
TÉCNICO CONTABILIDADE	1	3,4	462,40
ADVOGADO DEFENSOR	1	5	680,00
MERENDEIRA ESCOLAR	80	1	136,00
AUXILIAR BIBLIOTECA	1	3,4	462,40
SUPERVISORA EDUCAÇÃO	3	3,4	462,40
SUPERVISORA MERENDA	2	3,4	462,40
PROFESSOR PRÉ-ESCOLA	15	2,6	353,60
PROFESSOR 1ª A 4ª	130	2,2	299,20
PROFESSOR DE 5ª A 8ª	15	3	408,00
AUXILIAR DE SAÚDE	21	1	136,00
AUXILIAR DE FARMÁCIA	1	1	136,00
FISCAL SANITÁRIO	7	1	136,00
TÉCNICO LABORATÓRIO	1	3,4	462,40
TÉCNICO ENFERMAGEM	1	3,4	462,40
ASSITENTE SOCIAL	1	6,2	843,20
BIOQUÍMICO	1	7	952,00
CIRURGIÃO DENTISTA	10	7	952,00
ENFERMEIRA	1	7	952,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

MÉDICO CLÍNICO GERAL	6	7	952,00
MÉDICO FAMÍLIA	1	21	2.856,00
MÉDICO ORTOPEDISTA	1	21	2.856,00
MÉDICO ANESTESISTA	1	21	2.856,00
PSICÓLOGO	1	6,2	843,20
FARMACÊUTICO	1	7	952,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS	108	1	136,00
OPERADOR DE MÁQUINAS	4	3,4	462,40
MESTRE DE OBRAS	1	5	680,00
ENGENHEIRO CIVIL	1	6,6	897,60
DESENHISTA PROJETISTA	1	5	680,00
MOTORISTA VEÍCULO LEVE	12	3	408,00
MOTORISTA VEÍC. PESADO	14	3,4	462,40
MECÂNICO VEÍCULOS	2	3	408,00
MECÂNICO MAQ. PESADA	2	3,4	462,40
MARCENEIRO	1	3	408,00
JARDINEIRO	1	1	136,00
<i>Cargos natureza temporária</i>	482	198,6	27.009,60

ANEXO II

REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

Requisitos Básicos	Duração do Contrato	Jornada de Trabalho	Descanso
Qualificação Profissional	Seis meses	Oito horas ressalvadas as disposições legais especiais	A ser fixada por Decreto do Prefeito, respeitada as disposições legais
Ser Brasileiro, provar boa saúde, estar em dia com a Justiça Eleitoral			
Idade			



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VAGAS E CARGOS

QUANT.CARGOS	CARGOS
50	Auxiliares de Serviço;
52	Merendeiras;
12	Motoristas de veículos leves;
08	Motoristas de veículos pesados (ônibus);
05	Motoristas de veículos pesados (caminhões);
02	Operadores de Máquina;
01	Mecânico de veículos;
01	Mecânico de máquinas pesadas;
01	Fiscal de obras;
03	Fiscais de tributos;
05	Fiscais sanitários ;
06	Digitadores;
03	Auxiliares administrativo;
01	Mestre de Obras;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

16	Auxiliares de saúde;
13	Agentes Administrativo;
18	Professores Pré-escolar;
101	Professores de 1ª a 4ª série;
11	Professores de 5ª a 8ª série;
01	Técnico de Enfermagem;
01	Desenhista projetista;
01	Técnico em Contabilidade;
01	Advogado;
01	Assistente Social;
01	Psicólogo;
01	Engenheiro civil;
01	Bioquímico;
01	Farmacêutico
08	Cirurgiões Dentista;
01	Enfermeiro;
01	Médico Anestesista;
05	Médicos Clínico geral;
01	Médico da Família;
01	Médico Ortopedista;
01	Supervisor Educacional
01	Jardineiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO
DO ANO DOIS MIL. (1º-03-2000)

Ver. JOAQUIM JUSTO RIBEIRO
Presidente da Câmara